

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em 2022, expandimos nossa atuação no mercado de câmbio e de prestação de serviço e seguimos atuando no mercado de crédito de forma cautelosa. Atingimos um crescimento de 20% no resultado antes da tributação sobre o lucro frente ao exercício de anterior. O Banco tem como sua controlada a Fineasy Tech Serviços de Tecnologia Ltda., a qual atua na prestação de serviços de tecnologia e tele-atendimento. **Governança Corporativa** - Em linha com as boas práticas de governança corporativa do segmento financeiro, o Banco Topázio busca permanentemente o aperfeiçoamento do seu sistema de gestão institucional, de forma a proporcionar maior transparência, equidade e segurança na tomada de decisão. Para isso, possui Comitês estruturados que possibilitam a ampla discussão de todas as questões relevantes, suportando à Administração na condução do processo de decisão, objetivando o cumprimento das diretrizes e busca dos melhores resultados, dentro dos mais elevados padrões éticos. Cabe ao Comitê Executivo de Riscos e de Capital e a área de Auditoria Interna verificar o cumprimento dos princípios da boa governança corporativa. **Ovidoria** - O Banco Topázio S.A. disponibiliza canais para acolher opiniões, críticas e reclamações, com pilares na transparência e confidencialidade no seu relacionamento, em observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor de modo a atender o previsto na Resolução 4.860/2020 do Conselho Monetário Nacional e demais normativos relacionados. O Banco Topázio preza pela ética nas suas relações, disponibilizando a todos os públicos com os quais se relaciona, nossas

diretrizes, firmando o compromisso público com a orientação ética e a gestão sustentável de seu negócio. Os canais de ouvidoria estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br. **Compliance** - A área de Compliance é responsável pela coordenação da elaboração e implantação de políticas, planos e procedimentos internos, bem como pelo acompanhamento das demandas regulatórias, por meio de metodologia direcionada ao gerenciamento do risco de conformidade, de modo a atender à Resolução 4.595/2017 do Conselho Monetário Nacional e demais normativos relacionados. Pautada nas melhores práticas de governança corporativa, a área de Compliance, têm como objetivo a elaboração, atualização e manutenção do programa de Compliance, ferramenta utilizada para assegurar que a gestão dos negócios seja executada em conformidade com as diretrizes estabelecidas. **Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo** - A prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo é uma preocupação crescente na sociedade, portanto, nosso compromisso é estar em linha com as boas práticas, combater sistematicamente situações de risco ao Banco Topázio e cooperar com os esforços das autoridades governamentais de controle. Desta forma, a área de PLD/CFT é responsável por implantar políticas de Conheça seu Cliente, Conheça seu Funcionário, Conheça seu Fornecedor, Conheça seus Parceiros, pelo monitoramento e acompanhamento de operações financeiras atípicas, multiplicação da cultura de PLD/CFT, comunicações de operações suspeitas ao COAF, bem como, a realização de comitês periódicos envolvendo a alta administração. **Gestão de Riscos** - A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Topázio responde pelo conjunto de

políticas, estratégias, processos e métodos voltados ao controle e gerenciamento integrado dos riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional, controles internos, e do gerenciamento de capital. Essa estrutura é encabeçada pela Diretoria Executiva, que com o apoio do Comitê Executivo de Riscos e Capital avalia os níveis de Apetite por Riscos e supervisiona a atuação do CRO e do restante da estrutura de gestão de riscos. O Gerenciamento de Capital no Banco Topázio prevê políticas e estratégias que estabeleçam procedimentos destinados a manter o nível de capital regulatório compatível com os riscos incorridos e seu planejamento estratégico. No Risco de Mercado utiliza-se do Δ NI e de cenários de estresse para identificação e avaliação dos riscos existentes e potenciais. A gestão do Risco de Crédito a gestão utiliza-se do monitoramento e controle de diversos indicadores que avaliam a inadimplência, provisão, concentração, mitigadores entre outros indicadores de qualidade da carteira. A gestão do Risco de Liquidez consiste no monitoramento do fluxo de caixa diário, projetado para um horizonte de um ano. O Risco Operacional é monitorado através da análise de impacto e probabilidade dos riscos mapeados além da base de perdas operacionais. Controles Internos consiste em garantir a implementação, execução e gerenciamento das atividades inerentes às rotinas operacionais das áreas, observando a aplicação dos controles internos chave para mitigação de riscos. O relatório contendo a descrição detalhada da estrutura e do processo de gerenciamento de riscos e capital no Banco Topázio está disponível na seção Institucional / Relação com Investidores do endereço eletrônico www.bancotopazio.com.br. Porto Alegre (RS), 07 de março de 2023

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	12/2022	12/2021	Passivo	12/2022	12/2021
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	630.741	370.845	Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.569.175	1.477.006
Disponibilidades	172.803	44.849	Depósitos à vista (Nota 9.a)	190.461	108.069
Aplicações interfinanceiras de liquidez	457.938	325.996	Depósitos a prazo (Nota 9.a)	1.080.327	1.231.097
Instrumentos financeiros	1.259.666	1.318.250	Depósitos em moedas estrangeiras	41.196	10.100
Relações interfinanceiras (Nota 5 .b)	106.429	23.201	Obrigações por operações compromissadas (Nota 9.b)	144.047	105.322
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.a)	277.828	311.629	Recursos em trânsito de terceiros	113.144	22.418
Operações de crédito (Nota 5.c)	76.469	104.745	Provisões (Nota 10)	2.180	1.751
Títulos e créditos a receber (Nota 7.d)	798.940	878.445	Provisões para contingências	2.180	1.751
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 5)	(6.468)	(11.172)	Outros passivos	750.424	196.289
Créditos tributários (Nota 6)	35.610	5.064	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	7.533	1.976
Outros ativos	593.227	122.409	Carteira de câmbio (Nota 7.a)	594.739	94.186
Carteira de câmbio (Nota 7.a)	553.271	93.470	Sociais e estatutárias	10.973	-
Rendas a receber	451	343	Fiscais e previdenciárias	26.181	17.977
Negociação e intermediação de valores	843	75	Negociação e intermediação de valores	753	1
Diversos (Nota 7.c)	33.446	23.733	Diversas (Nota 11)	110.245	82.149
Despesas antecipadas	1.332	1.056	Patrimônio líquido (Nota 12)	202.320	140.682
Bens não de uso próprio	3.884	3.732	Capital social	192.292	192.292
Investimentos em participações em coligadas e controladas	1.229	467	De domiciliados no País	192.292	192.292
Imobilizado de uso (Nota 8)	7.001	5.403	Reservas de lucros	10.011	-
Intangível (Nota 8)	14.825	13.275	Reserva legal	1.120	-
Depreciações e amortizações (Nota 8)	(11.732)	(8.813)	Reserva estatutária	8.891	-
Total do ativo	2.524.099	1.815.728	Outros resultados abrangentes	17	(104)
			Lucros/Prejuízos acumulados	-	(51.506)
			Total do passivo e do patrimônio líquido	2.524.099	1.815.728

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Aumento de capital	Capital a realizar	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
				Legal	Estatutária			
Saldos em 1° de janeiro de 2021	159.414	32.878	(16.439)	-	-	-	(83.015)	92.555
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	31.509	31.509
Aumento de capital (Nota 12)	32.878	(32.878)	16.439	-	-	-	-	16.439
Ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	179	-	179
Saldos em 31 de dezembro de 2021	192.292	-	-	-	-	(104)	(51.506)	140.682
Saldos em 1° de janeiro de 2022	192.292	-	-	-	-	(104)	(51.506)	140.682
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	73.915	73.915
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	1.120	8.891	-	(10.011)	-
Distribuição de resultado	-	-	-	-	-	-	(12.398)	(12.398)
Ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	121	-	121
Saldos em 31 de dezembro de 2022	192.292	-	-	1.120	8.891	17	202.320	202.320
Saldos em 1° de julho de 2022	192.292	-	-	-	-	(42)	(39.430)	152.820
Lucro do semestre	-	-	-	-	-	-	61.839	61.839
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	1.120	8.891	-	(10.011)	-
Distribuição de resultado	-	-	-	-	-	-	(12.398)	(12.398)
Ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	59	-	59
Saldos em 31 de dezembro de 2022	192.292	-	-	1.120	8.891	17	202.320	202.320

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Topázio S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital fechado que opera na forma de Banco Múltiplo, com sede na Rua 18 de Novembro, 273 - Porto Alegre/RS. Tem como objetivo oferecer serviços e produtos financeiros voltados para pessoas físicas e jurídicas, como crédito, câmbio e investimentos. Atua no segmento de crédito através de operações com lastro em recebíveis de meios de pagamento e em parcerias com Fintechs oferecendo soluções de conectividade com o Sistema Financeiro. No mercado de câmbio, realiza operações com câmbio pronto, contas correntes em moeda estrangeira, remessas internacionais, pagamentos de e-commerce e diversas naturezas de transação. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **a. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. Em 07 de março de 2023, as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, bem como, autorizou a divulgação a partir dessa data. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são: **a. Apuração de resultados:** As receitas e despesas foram reconhecidas no resultado pelo regime de competência. **b. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto diferido ativo, provisão para contingências e a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** O valor apresentado como caixa e equivalentes a caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo. **d. Instrumentos financeiros:** Conforme previsto na Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data. **(i) Títulos para negociação:** São adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período classificados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. **(ii) Títulos disponíveis para venda:** São aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio

líquido denominada "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado. **(iii) Títulos mantidos até o vencimento:** São aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082/2002, do BACEN, obedecendo ao seguinte critério: **Futuros** - Contratos de derivativos estão representados por operações de futuros que são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços. **f. Operações de crédito, câmbio, depósitos e demais instrumentos financeiros:** As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço. A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia de atraso é contabilizada em receitas. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas, sendo mantidas em rendas a apropriar. **g. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações renegotiadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas depois de decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. **h. Títulos de crédito a receber:** Os títulos e créditos a receber são constituídos de operações de antecipação de recebíveis performados que os estabelecimentos comerciais cedem ao Banco Topázio. As operações são com taxas prefixadas e estão registradas pelo seu valor de resgate e as receitas correspondentes a períodos futuros estão registradas em conta redutora dos respectivos ativos. **i. Imobilizado de uso:** O imobilizado de uso, mencionado na Nota Explicativa nº 8, está registrado ao custo de aquisição. Até junho de 2017, a depreciação era computada pelo método linear, com base nas taxas anuais de 10% para Instalações, Móveis e Utensílios e Equipamentos de Comunicação e 20% para Processamento de Dados. A partir de julho de 2017, atendendo ao CPC 27 e com base em laudo emitido por empresa especializada, a depreciação passou a ser determinada pelo valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada

	2º Sem. 2022	12/2022	12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	38.995	61.859	51.498
Ajustes ao resultado	(255.527)	(488.796)	(343.620)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	474	4.880	9.385
Provisão para outros créditos	96	166	-
Provisão para passivos contingentes	385	514	(1.438)
Depreciação e amortização	1.399	2.919	4.104
Baixa líquida de imobilizado e intangível	52	130	12
Equivalência patrimonial	(445)	(762)	(180)
EFEITO DAS MUDANÇAS DAS TAXAS DE CÂMBIO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(257.488)	(496.643)	(355.503)
Resultado ajustado	(216.532)	(426.937)	(292.122)
Variações nos ativos e passivos	84.718	213.873	(147.616)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(17.416)	33.801	(52.373)
Relações interfinanceiras	(94.169)	(83.228)	34.325
Operações de crédito	1.988	18.922	71.928
Títulos e créditos a receber	156.338	79.505	(248.227)
Outros ativos	631.657	(450.579)	(60.022)
Depósitos	(45.807)	(37.282)	60.195
Obrigações por operações compromissadas	(28.898)	38.725	(40.138)
Relações interdependências	90.726	90.726	-
Recursos em trânsito de terceiros	(29.529)	-	(3.434)
Outros passivos	(580.244)	523.149	89.951
Ajuste avaliação patrimonial	72	134	179
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.775)	(20.405)	(15.282)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(144.589)	(233.469)	(455.020)
Atividades de investimentos	-	-	16.439
Aquisição de imobilizado de uso	(775)	(1.684)	(2.635)
Aplicação no intangível	(788)	(1.594)	(3.766)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(1.563)	(3.278)	(6.401)
Atividades de financiamentos	-	-	16.439
Aumento de capital por subscrição	-	-	16.439
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	-	-	16.439
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(146.152)	(236.747)	(444.982)
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	519.405	370.845	460.324
EFEITO DAS MUDANÇAS DAS TAXAS DE CÂMBIO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	257.488	496.643	355.503
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 4)	630.741	630.741	370.845
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(146.152)	(236.747)	(444.982)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta específica de despesa. Conforme a Resolução nº 4.535/2016 do CMN, considera-se vida útil o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo. As vidas úteis estimadas dos bens Instalações, Móveis e Utensílios, Equipamento de Comunicação e Processamento de Dados são de 7 a 18 anos.

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de Reais)

Não foram identificadas evidências de *impairment* nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **j. Intangível:** O intangível está representado por gastos com direitos relativos a licenças de uso e projetos gerados internamente, registrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento. A amortização é calculada pelo método linear. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, no prazo de 2 a 4 anos. **k. Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda, deduzido dos custos com vendas e o valor em uso de um ativo. **l. Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento de balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **m. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos: Depósitos interfinanceiros** - Representam captações de Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), são demonstrados pelo valor das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. **Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos** - Estão representados por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEs), pós-fixados, remunerados a taxas de juros em condições de mercado e estão registrados pelo valor captado acrescido dos encargos *pro rata* dia, até a data do balanço. **n. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro mensal excedente a R\$ 120. A Medida Provisória nº 1.034/2021 majorou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido para 25% entre 01 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021 para as instituições financeiras. Em 04/2022 foi editada a Medida Provisória nº 1.115, que determina o aumento da alíquota da contribuição social sobre o lucro de 20% para 21% para os Bancos a partir de 01 de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.842/2020 do CMN e estão suportados por estudo de capacidade de realização. **o. Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução nº 3.823/2009 do CMN: **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação. Obrigações legais decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras. **p. Outros ativos e passivos:** Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia). **q. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **r. Resultado recorrente e/ou não recorrente:** O Banco considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco. Além disto, a Administração considera como não recorrentes, os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Banco e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado do Banco foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes. **s. Mudança nas principais políticas e práticas contábeis:** Em novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedger*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2022. Entretanto, é exigido que as referidas instituições elaborem até 31 de dezembro de 2022, e mantenham à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa regulamentação contábil. O plano para a implementação abaixo, apresentado de forma resumida, foi aprovado pelo Conselho de Administração da instituição. Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual da instituição, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização. Entretanto, como o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares, necessárias à execução do referido normativo sobre método simplificado para amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para utilização da metodologia simplificada da PECLD pelas instituições enquadradas no Segmento 4 (S4), entre outros, este plano poderá ser revisto pela gestão da instituição. A seguir encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21: • Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPJ); • Classificação de passivos financeiros; • Custos de transação; • Ativos com problemas de recuperação de crédito; • Renegociação e reestruturação de ativos financeiros; • Baixa de ativos financeiros; • Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e • Evidenciação. Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos: • Cenário atual: como a instituição trata as informações de acordo com a regulamentação vigente; • Proposta: o que a instituição entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma; • Sistemas: quais os aplicativos utilizados pela instituição, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução; • Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e • Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4.376	2.527
Disponibilidades em moedas estrangeiras	168.427	42.322
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (a)		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	200.002	159.996
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	255.000	166.000
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.936	—
Total de caixa e equivalentes de caixa	630.741	370.845

(a) Refere-se a aplicações em operações compromissadas, com obrigação de revenda (posição bancada).

5. Instrumentos financeiros: a. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	Custo	Valor	Custo
Títulos Disponíveis para venda				
Carteira Própria - LFT	26.272	83.761	110.033	110.018
Vinculados a compromisso de recompra (a)	62.732	81.642	144.374	144.339
Vinculados a prestação de garantia - LFT	—	—	—	281
Vinculados a prestação de garantias				
Letras Financeiras do Tesouro	23.421	23.421	23.440	11.499
Títulos para Negociação				
Carteira Própria - LFT	—	—	—	144.650
Vinculados a compromisso de recompra	—	—	—	—
Letras Financeiras do Tesouro	—	—	99.349	99.340
Total	89.004	188.824	277.828	277.797

(a) A obrigação de recompra destes títulos está registrada no passivo no valor de R\$ 144.047 (R\$ 105.322 em 31 de dezembro de 2021) e corresponde ao valor do título vendido, atualizado pela taxa pactuada no momento da venda, sendo esta a taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro. O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base nos preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos classificados como mantidos para negociação estão demonstrados nos quadros acima pelos seus vencimentos originais, sendo classificados no balanço patrimonial no ativo circulante, de acordo com a Circular

nº 3.068/2001. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda foram levados à conta específica do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários, quando aplicável. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Em 31 de dezembro de 2022 foi registrado o ajuste de R\$ 31 (R\$ 190 em 31 de dezembro de 2021), deduzidos dos efeitos tributários de R\$ 14 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

b. Relações interfinanceiras:

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos vinculados ao Banco Central	101.844	22.210
Correspondentes (a)	4.581	990
Outros	4	1
Total circulante	106.429	23.201

(a) Tratam-se de saldos em correspondentes bancários, em sua maioria, valores mantidos em conta gráfica para suportar o serviço de pagamento de contas e boletos com as empresas IS2B Integrated Solutions to Business S.A. no total de R\$ 917 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 938 em 31 de dezembro de 2021) e JUNO no total de 3.654 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021) e valores mantidos em conta gráfica com a Empresa MercadoPago.com Representações Ltda., para suportar as operações de contratação de empréstimos no total de R\$ 7 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2021). **c. Operações de crédito:** O Banco opera produtos de crédito voltados a pessoas físicas e jurídicas. As operações com pessoas físicas são: financiamento ao consumo através de associação com varejos e emissão de dívida. As operações com pessoas jurídicas são: empréstimo de capital de giro, conta garantida e emissão de dívida. A carteira de operações de crédito apresenta a seguinte composição:

(a) Composição das operações de crédito por modalidade:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Setor privado				
Capital de giro	44.016	20.568	64.584	59.602
Operação ativa vinculada	1.621	—	1.621	6.417
Conta garantida	10.206	58	10.264	11.193
Total operações de crédito	55.843	20.626	76.469	77.212

(b) Composição da carteira por vencimento:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Vencido	% carteira	Vencido	% carteira
Vencidos:				
Até 60 dias	1.684	4.202	—	—
De 61 a 180 dias	524	1.140	—	—
Acima de 180 dias	598	5.383	—	—
A vencer:				
Até 180 dias	30.469	39.549	—	—
De 181 a 360 dias	22.567	26.938	—	—
Acima de 360 dias	20.627	27.763	—	—
Circulante	55.842	77.212		
Não circulante	20.627	27.763		
Total	76.469	104.975		

(c) Composição da carteira por setor de atividade:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Comércio	74.006	94.444	—	—
Outros serviços	842	2.308	—	—
Pessoa física	1.621	8.223	—	—
Total	76.469	104.975		

(d) Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco.

Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/2000 do CMN, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito e respectiva provisão, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/1999 do CMN:

Nível risco	Operações de crédito			Provisão		
	A vencer	Vencida	Total	% carteira	(R\$ mil)	%
A	4.937	28	4.965	6,49	(25)	0,5
B	46.315	712	47.027	61,50	(470)	1
C	11.663	503	12.166	15,91	(365)	3
D	4.073	88	4.161	5,44	(416)	10
E	2.277	413	2.690	3,52	(807)	30
F	15	27	42	0,05	(21)	50
G	3.497	14	3.511	4,59	(2.457)	70
H	886	1.021	1.907	2,49	(1.907)	100
Total	73.663	2.806	76.469	100,00	(6.468)	

Nível risco	Operações de crédito			Provisão		
	A vencer	Vencida	Total	% carteira	(R\$ mil)	%
A	8.182	12	8.194	7,81	(41)	0,5
B	56.836	2.252	59.088	56,29	(591)	1
C	16.094	1.473	17.567	16,73	(527)	3
D	4.543	182	4.725	4,50	(472)	10
E	2.627	3.392	6.019	5,73	(1.806)	30
F	264	286	550	0,52	(275)	50
G	4.360	212	4.572	4,36	(3.200)	70
H	1.343	2.916	4.260	4,06	(4.260)	100
Total	94.249	10.725	104.975	100,00	(11.172)	

(e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	11.684	11.172	21.518
Constituição de provisão	2.606	8.796	15.845
Reversão de provisão	(2.133)	(3.916)	(6.460)
Efeito na despesa	473	4.880	9.385
Créditos baixados para prejuízo	(5.689)	(9.584)	(19.731)
Saldo final	6.468	6.468	11.172
Circulante	3.415	3.415	7.630
Não circulante	3.053	3.053	3.542

8. Imobilizado de uso e intangível:

	31/12/2022						31/12/2021	
	Imobilizado de Uso						Intangível	
	Móveis e instalações		Equipamentos de comunicação		Processamento de dados		Projetos de	
	Instalações	utensílios	de dados	Total	Licença	implantação de produtos	Total	
Saldo inicial em 01/01/2022	151	308	52	3.150	3.661	2.333	3.871	6.204
Aquisições	28	8	4	1.644	1.684	624	970	1.594
Baixas	(8)	(11)	(4)	(62)	(85)	—	(45)	(45)
Deprec/Amortiz	(22)	(25)	(4)	(642)	(693)	(58)	(2.168)	(2.226)
Saldo final em 31/12/2022	149	280	48	4.090	4.567	2.899	2.628	5.527
Custo	462	463	86	5.990	7.001	2.998	11.827	14.825
Deprec/Amortiz	(313)	(183)	(38)	(1.900)	(2.434)	(99)	(9.199)	(9.298)
Saldo final em 31/12/2022	149	280	48	4.090	4.567	2.899	2.628	5.527

9. Depósitos e demais instrumentos financeiros: (a) Depósitos a prazo e à vista:

Os prazos de vencimentos das operações de depósitos a prazo estão assim segregados:

	A vencer em até de 91 dias			A vencer a 360 dias			Total	
	90 dias	a 360 dias	a 360 dias	Total circulante	Total não circulante			
Depósito à vista	190.461	—	—	190.461	190.461	—	—	—
Depósito a prazo	55.616	81.194	943.517	1.080.327	136.810	—	943.517	—
Total -	31/12/2022	246.077	81.194	943.517	1.270.788	327.271	—	943.517
Depósito à vista	108.069	—	—	108.069	108.069	—	—	—
Depósito a prazo	68.119	147.090	1.015.888	1.231.097	215.209	—	1.015.888	—
Total -	31/12/2021	176.188	147.090	1.015.888	1.339.166	323.278	—	1.015.888

Os depósitos a prazo pós-fixados são remunerados com taxa média de 113% da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com vencimentos até dezembro de 2025. Os depósitos a prazo (CDBV), vinculados as operações ativas (CCB) são remunerados com taxas pré-fixadas em média de 24,25% a.a., com vencimentos até dezembro de 2023.

(b) Obrigações por operações compromissadas:

	31/12/2022	31/12/2021
Carteira própria	—	—
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	144.047	105.322
Total	144.047	105.322

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
(f) Recuperação de créditos baixados:			
Recuperação de créditos baixados	2.475	5.434	7.928

(g) Concentração dos maiores tomadores de créditos:

	31/12/2022		31/12/2021	
	(R\$ mil)	% carteira	(R\$ mil)	% carteira
10 maiores devedores	13.281	17,37	19.458	18,53
50 maiores seguintes	26.474	34,62	38.369	36,55
100 maiores seguintes	23.196	30,33	25.253	24,06
Demais	13.518	17,68	21.895	20,86
Total	76.469	100,00	104.975	100,00

(h) Créditos renegociados: O volume dos créditos renegociados foi apurado considerando os critérios descritos na Resolução BACEN nº 2.682/1999, que considera: Renegociados: a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Renegociados	1.821	5.130	3.482

d. Títulos e créditos a receber: Refere-se a operação de antecipação de recebíveis conforme apresentado abaixo:

	12/2022	12/2021
Títulos e créditos a receber	798.940	878.526
Provisão para outros créditos	(247)	(81)
Total circulante	798.693	878.445

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de receitas foi de R\$ 362.965 (R\$ 250.430 em 31 de dezembro de 2021), despesas foi de R\$ 340.685 (R\$ 235.017 em 31 de dezembro de 2021) e o resultado líquido foi de R\$ 22.280 (R\$ 15.413 em 31 de dezembro de 2021). Não há operações inadimplentes ou em questionamento judicial sobre os recursos ativos ou captados para essas operações.

6. Créditos tributários:

os direitos trabalhistas. (ii) As ações de natureza cível são referentes a rescisão de contratos, ações de sustentação de protesto, inexistência de débitos e indenizatórias.

(b) Movimentação da provisão para passivos contingentes

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.880	1.751	3.188
Constituição de provisão	834	992	803
Pagamentos	(65)	(85)	(1.107)
Reversão de provisão	(469)	(478)	(1.133)
Saldo final	2.180	2.180	1.751

(c) Processos classificados como possíveis: Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possui R\$ 2.541 (R\$ 2.499 em 31 de dezembro de 2021) relacionado a processos civis e trabalhistas, classificados como risco de perda possível. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

	31/12/2022	31/12/2021
11. Outros passivos:		
Diversas		
Sociedades ligadas (Nota 18)	11.561	9.605
Provisão para pagamentos (a)	73.890	65.665
Liberação de operações de crédito (b)	4.960	4.961
Conta Gráfica (c)	13.282	-
Outras	6.552	1.918
Circulante	100.245	82.149

(a) Valores a pagar de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e fornecedores. (b) Valores a pagar referente a liberações de operações de emissão de dívida. (c) Conta gráfica destinada a operações de câmbio de contratos de venda e importação.

12. Patrimônio líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social é de R\$ 192.292, representado por 206.269.166 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 24 de agosto de 2021, o Banco Central do Brasil aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 32.878, deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2020. **Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do período, quando auferido, limitada até 20% do capital social nos termos da Lei nº 6.404/1976 e alterações. **Dividendos e/ou juros sobre capital próprio:** O estatuto assegura a distribuição de dividendos mínimos e/ou juros sobre capital próprio, correspondentes a 50% do lucro líquido ajustado de exercício, nos termos da Lei nº 6.404/1976. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram destinados dividendos de R\$ 12.398 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021).

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
13. Receitas de prestação de serviços:			
Tarifa atendimento posto bancário ATMs (a)	41.292	78.341	71.539
Outras tarifas (b)	3.160	6.117	4.934
Outros serviços (c)	5.250	10.178	6.313
Total	49.702	94.636	82.786

(a) Receitas de prestação de serviços de tarifas cobradas dos bancos conveniados à rede de ATMs (caixas eletrônicos) do Banco. (b) Tarifas cobradas de pessoas jurídicas na abertura de crédito, saques, depósitos e operações diversas. (c) Refere-se substancialmente as rendas de prestação de serviço de remessa e recebimento de monetário de clientes e, rendas de serviços administrativos prestados na operação de antecipação de recebíveis.

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
14. Despesas administrativas:			
Processamento de dados (a)	54.151	101.457	86.444
Serviços do sistema financeiro (b)	1.876	3.360	6.514
Serviços técnicos especializados	1.525	3.396	3.416
Serviços de terceiros	2.484	4.291	3.180
Aluguéis	641	1.293	1.070
Comunicações	1.798	2.761	1.357
Outras despesas administrativas	5.036	9.338	8.785
Total	67.511	125.896	110.766

(a) Refere-se a terminais de postos bancários (ATM) alugados e gastos com tecnologia para fazer frente aos novos projetos do Banco. (b) Refere-se a tarifas, taxas e comissões pagas a parceiros.

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
15. Outras despesas operacionais:			
Contingências	803	962	803
Descontos concedidos em renegociações	1.360	2.763	3.321
Comissões (a)	108.795	214.740	202.325
Outras despesas operacionais	1.898	3.679	6.681
Total	112.856	222.144	213.130

(a) Comissões referentes a aquisições de recebíveis através de operações de cessão.

16. Imposto de renda e contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	38.995	61.859	51.498
(+) Adições	13.328	34.640	21.947
(-) Exclusões	(31.030)	(39.039)	(29.221)
Base de cálculo do imposto de renda antes das compensações	21.293	57.460	44.224
IRPJ valor corrente	(3.600)	(9.810)	(7.530)
IRPJ diferido	16.626	16.860	(3.358)
Lucro/prejuízo antes da contribuição social	38.995	61.859	51.498
(+) Adições	13.328	34.640	19.473
(-) Exclusões	(31.030)	(39.039)	(29.221)
Base de cálculo da contribuição social antes das compensações	21.293	57.460	41.750
CSLL valor corrente	(3.418)	(8.482)	(6.414)
CSLL diferido	13.236	13.488	(2.687)
Total imposto de renda e contribuição social correntes	(7.018)	(18.292)	(13.944)
Total imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	29.862	30.348	(6.045)
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	22.844	12.056	(19.989)

17. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com as empresas coligadas e pessoas-chave na Administração. Pessoas-chave da Administração são definidas como aquelas que tem autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle. As transações compreendem, em sua maior parte, depósitos à vista e a prazo efetuados a taxas e condições usuais de mercado.

a. Transações e saldos com coligadas:

	31/12/2022						
	Pessoas jurídicas						
	Saque e Pague	Ticket Soluções	Inter-metro	Tec-cloud	Good Card	(e) Outras Pessoas físicas (d)	Total
Ativo							
Outros créditos (a)	356	25	-	-	-	8	389
Antecipação de recebíveis	-	136.018	-	-	-	67.045	203.063
Passivo							
Depósitos à vista	1.361	2.329	-	452	-	4.315	8.464
Depósitos a prazo (b)	66	166.959	17.041	410	201	84	3.006
Obrigações por operações compromissadas	-	-	-	-	-	142.605	142.605
Outros passivos (c)	9.687	15	157	92	-	1.610	11.561
Resultado							
Receitas	431	1.217	-	-	-	193	1.841
Despesas	(69.611)	(98.243)	(3.121)	(73)	(14)	(48.444)	(492) (219.998)

	31/12/2021						
	Pessoas jurídicas						
	Saque e Pague	Ticket Soluções	Inter-metro	Tec-cloud	Good Card	(e) Outras Pessoas físicas (d)	Total
Ativo							
Outros créditos (a)	266	60	-	-	-	22	348
Antecipação de recebíveis	-	314.987	-	-	-	84.448	399.435
Passivo							
Depósitos à vista	290	1.789	441	32	-	1.317	4.383
Depósitos a prazo (b)	58	342.806	13.301	695	237	96.530	4.758
Obrigações por operações compromissadas	-	-	-	-	-	93.973	93.973
Outros passivos (c)	8.407	8.465	139	77	-	5.529	22.617
Resultado							
Receitas	354	355	-	-	-	85	794
Despesas	(63.698)	(69.194)	(1.631)	(30)	(22)	(23.798)	(563) (158.936)

(a) Outros créditos referem-se a valores a receber de sociedades ligadas oriundos de reembolsos de despesas. (b) Depósitos a prazo referem-se a captações através de CDBs com remunerações em até 142% da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). (c) Outros passivos referem-se a valores a pagar a sociedades ligadas oriundos de reembolsos de transações e serviços prestados. (d) Pessoas físicas referem-se a acionistas, com participações diretas e indiretas na instituição. (e) Outras pessoas jurídicas relacionadas: Alphaco H Intermediação de Negócios e Serviços Ltda., Buzau Inversões AA S.A., ICH Administração de Hotéis S.A., Interholding Participação Ltda., Manzat Inversões AUU S.A., Prodesenho Participações Societárias HUA Ltda., Edenred Soluções de Pagamentos Hyla S.A., Ticket Gestão em Manutenção Ezc S.A., Fineasy Tech Serviços de Tecnologia Ltda., REPOM S.A. e AP Desenvolvimento de Arroz Ltda. **b. Remuneração da Administração:** Os administradores são remunerados na forma de pró-labore pago via folha de pagamento. A remuneração, incluindo gratificações, é apresentada na rubrica "Despesas de pessoal", na demonstração do resultado, no montante de R\$ 3.631 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.213 em 31 de dezembro de 2021). O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

18. Estrutura de gerenciamento de riscos: A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão no Banco, por isso conta com uma estrutura dedicada ao gerenciamento de riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. **Risco operacional:** Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), respeitando os normativos vigentes. Utilizamos como ferramenta a matriz de riscos operacionais em que os riscos são classificados sob a perspectiva de impacto no negócio e probabilidade de materialização. Também é constituída base de perdas, onde ocorre o registro de eventos materializados. A variação no valor das contas de resultado credoras do Banco em dezembro/2022 de R\$ 122.710, enquanto as contas de resultado debedoras foi de (R\$ 82.670). Um choque redutor de 10% no valor das contas de resultado credoras corresponde a uma redução de R\$ 12.271, enquanto um choque majorante no valor das contas de resultado debedoras corresponde a um aumento de R\$ 8.267. O impacto conjunto dessas variações no Índice de Basileia corresponde a uma redução de 3,28 p.p.

	12/2022	06/2022
Impacto no IB após variação negativa de 10% nas despesas e receitas do Banco	(3,28 p.p.)	(5,92 p.p.)

Risco de mercado: Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Diariamente é mensurada, monitorada e controlada a exposição cambial do Banco, que deve estar enquadrada dentro dos limites aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Para risco de juros da carteira bancária é utilizada a métrica de ΔNI1, na qual medimos o impacto no

resultado de intermediação financeira após a aplicação de um choque nas taxas de juros. A exposição cambial do Banco em 31/12/2022 era de R\$ 13.348. A exposição cambial estressada pela variação nominal na taxa BRL/USD em 0,20 resulta em uma exposição estressada de R\$ 12.867, uma redução de R\$ 481.

12/2022 06/2022
Risco de liquidez: Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas ou inesperadas e de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A gestão desse risco inclui métricas para determinação da liquidez mínima exigida com base no risco de saídas e entradas de caixa, que deve ter valor inferior ao de estoque de ativos líquidos. Também é monitorado o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano, além de calcularmos indicadores de liquidez de curto e longo prazos (LCR e NSFR). A liquidez disponível do Banco (HQLA) em 31/12/2022 era de R\$ 494.285. O valor estressado da liquidez após choque de resgate total dos recursos captados via corretoras foi de R\$ 379.499, o que corresponde a uma redução de 23,22%.

Redução liquidez após resgate de CDBs captados via corretora (23,22%) (27,13%)
Risco de crédito: Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e os custos de recuperação. A gestão desse risco utiliza do monitoramento de indicadores que demonstram os níveis de qualidade da carteira, tais como o acompanhamento da inadimplência, nível de provisionamento, recuperações e entradas em prejuízo, concentração de crédito por cliente, qualidade e nível de mitigadores além da exigência de capital regulatório. O valor total de PDD da carteira de crédito (Capital de Giro e Conta Garantida do Banco) em dezembro/22 foi de R\$ 6.431. A PDD estressada com o impacto de 2 downgrades nos ratings de provisão das operações desta carteira é de R\$ 17.550, com uma redução no Índice de Basileia de 1,34 p.p.

12/2022 06/2022
 Impacto no IB após redução de 2 ratings nas operações de crédito (1,34 p.p.) (1,59 p.p.)
Gerenciamento de capital: Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está exposto e do planejamento de metas e de necessidade de capital considerando seus objetivos estratégicos. A gestão consiste na construção de cenários que contemplam a evolução projetada para os ativos bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas e cenários simulados. Também são construídos cenários estressados, considerando situações adversas e oportunidades mercadológicas, identificando necessidades adicionais de capital em razão de quebras das premissas projetadas. **Teste de Estresse - Análise de Sensibilidade:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o teste de estresse como exercício de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos no Banco. A Análise de Sensibilidade é uma metodologia de teste de estresse que permite avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital do Banco, em sua liquidez ou no valor de um portfólio. No Banco são realizados trimestralmente testes de estresse por meio da análise de sensibilidade impactando os indicadores de capital, liquidez e valor de portfólio alterando parâmetros de risco de crédito, como inadimplência, de risco de mercado, como taxa de câmbio e de juros, de risco de liquidez, como resgates extraordinários, de risco operacional, como variações nas despesas e receitas. O valor total do portfólio do Banco sujeito ao risco de variação de taxa de juros em 31/12/2022 era de R\$ 254.585. O valor estressado do portfólio após choque paralelo de 200bps na ETTJ foi de R\$ 253.896, uma redução de R\$ 1.328.

12/2022 06/2022
 Impacto no valor do portfólio após choque de 200bps na ETTJ (R\$ 1.328) (R\$ 1.355)

19. Patrimônio de referência exigido: O Banco possui o Patrimônio de referência (PR) acima do mínimo exigido sobre os Ativos Ponderados por Risco (RWA), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021 do CMN e demais normativos complementares. O PR do Banco é formado apenas de Capital Principal e é suficiente para cumprir os requerimentos mínimos de Capital Principal, Nível I, PR (Índice de Basileia), além de suportar também a exposição referente ao risco de taxa de juros (IRRBB) e o Adicional de Capital Principal (ACP).

	12/2022	06/2022	12/2021
Limites Operacionais			
Patrimônio de Referência (PR)	174.901	146.977	134.478
Nível I (NI)	174.901	146.977	134.478
Capital principal - CP	174.901	146.977	134.478
Capital Social	192.292	192.292	192.292
Ajuste de Avaliação Patrimonial	17	42	(103)
Lucros/Prejuízos acumulados	-	(39.430)	(51.506)
Reserva de Capital, Reavaliação e de Lucros	10.011	-	-
Ajustes prudenciais	(27.419)	(5.843)	(6.204)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	626.566	562.821	521.927
Margem de Capital (i)	98.246	82.794	80.356
Índice de Basileia (PR/RWA)	27,91%	26,11%	25,77%
IRRBB	10,86%	5,08%	1,93%
Situação de Imobilização (Imob)	5,79%	4,92%	4,12%
Índice de Imobilização (Imob/PR)	3,31%	3,35%	3,07%

(i) Margem de Capital considerando o IRRBB e ACP

20 Eventos subsequentes: Em 28 de fevereiro de 2023 houve o pagamento de dividendos no montante de R\$ 1.449 e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 4.037.

A Diretoria	Contadora: Patricia Caren da Silveira Andrade - CRC/RS 58013/O-2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	
<p>Aos Acionistas e Diretores do Banco Topázio S.A. - Porto Alegre - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Topázio S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração do Banco é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no</p>	<p>trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos</p>
<p>evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p style="text-align: right;">Porto Alegre, 07 de março de 2023</p> <p style="text-align: center;">KPMG KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/F-7</p>	
<p>Jonas Moreira Salles Contador - CRC SP - 295315/O-2</p>	